

Convênio Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/SMC-SP) e Associação Escola da Cidade: Caminho Histórico Glória-Lavapés

Beatriz Vilela Hubner, Fernanda Bueno Galloni,
Paloma Clemente Neves e Stela Mori Neri Silva

Orientadoras: Profa. Dra. Marianna Boghosian Al Assal (Escola da Cidade) e
Profa. Ms. Raquel Schenkman (PUC-SP; DPH).

Pesquisa: Vivência Externa em Pesquisa Aplicada, bolsas do Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, 2018-19.

CONVÊNIO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH/SMC-SP) E ASSOCIAÇÃO ESCOLA DA CIDADE

Este relato de pesquisa foi realizado no âmbito do convênio de colaboração técnica entre o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura (SMC-SP) e a Associação Escola da Cidade (AEC). Esse convênio, firmado no final de 2016, se estabelece como forma de promover uma vivência e interlocução entre a instituição de ensino e o órgão patrimonial por meio de demandas existentes e determinadas pelo departamento, como levantamentos históricos, fotográficos, de plantas arquitetônicas, elaboração de conteúdo textuais e gráficos, mapeamentos, visitas técnicas etc. Além de ampliar o conhecimento sobre tombamento e seu desenvolvimento legal, possibilita que os alunos atuem de forma propositiva na salvaguarda de um bem tombado ou em vias de ser tombado.

A atuação dos alunos de graduação junto ao DPH se inicia por meio do programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, que seleciona estudantes interessados no tema para o desenvolvimento de uma pesquisa aplicada ao longo de seis meses. Os alunos selecionados podem estar, inclusive, em uma fase da graduação específica da Escola da Cidade que se chama Vivência Externa, na qual os estudantes devem vivenciar por um semestre alguma aproximação com o mundo profissional. Deste modo,

o programa do qual o presente relato de pesquisa originou-se propicia uma vivência prática profissional na área de pesquisa e valora a salvaguarda de bens históricos junto a um órgão de patrimônio.

A primeira pesquisa aplicada dentro desse convênio se estabeleceu em 2017, através do recorte de dezoito edifícios Art Déco localizados no centro de São Paulo, que podem ser vistos como um conjunto que marca e caracteriza a paisagem do Minhocão (Elevado Presidente João Goulart). O objetivo da pesquisa era o levantamento de dados e a sistematização de informações dos imóveis para a elaboração de fichas técnicas de tombamento, que, ao término das atividades, foram inclusas no processo de tombamento dos edifícios.

A segunda pesquisa aplicada, que se desdobra nesse relato de pesquisa, foi realizada em 2018, com o intuito de promover junto ao DPH uma pesquisa acerca do Caminho Histórico Glória-Lavapés, na região da Liberdade, complementando dados e trazendo novas proposições para o tombamento desse percurso e abrindo reflexões para essas novas formas de ocupação da região, seus diálogos com a paisagem e seus bens tombados.

Em 2019, os alunos da Escola da Cidade trabalharam junto ao DPH na elaboração de conteúdo e reflexões para o projeto Memória Paulistana, que propõe a identificação de lugares de memória na cidade tornando-os visíveis e latentes por meio da colocação de placas. Essas

pesquisas, fruto do convênio entre DPH e AEC, são, portanto, realizadas a partir de temas e atividades diversificadas, mas sempre procurando evidenciar através da pesquisa a complexidade e a variedade de demandas da preservação do patrimônio cultural em São Paulo, possibilitando uma compreensão mais ampla dos desafios e impasses que as instituições de salvaguarda vivenciam cotidianamente. Por outro lado, nessas pesquisas também surgiram direções propositivas para auxiliar na salvaguarda de patrimônios diversos e, portanto, da história e memória da cidade de São Paulo.

1. CAMINHO HISTÓRICO GLÓRIA-LAVAPÉS: VALORAÇÃO PARA SALVAGUARDA

A pesquisa aplicada que se desdobrou nesse relato foi desenvolvida entre agosto de 2018 e fevereiro de 2019 e teve como objeto de estudo o Caminho Histórico Glória-Lavapés — um percurso localizado no bairro da Liberdade que, apesar de tombado, enfrenta dificuldades em preservar a memória do local. Na primeira etapa de pesquisa foi retomado o histórico da área e as sucessivas leituras e propostas complementares ao tombamento que foram realizadas ao longo do tempo. Nessa etapa, a compreensão de dinâmicas específicas — a partir de conceitos como memória coletiva, tombamento de paisagem e apropriação do bem cultural no contexto urbano — nos levou a pensar nas próximas etapas de trabalho que pudessem valorar o Caminho Histórico Glória-Lavapés para, então, auxiliar na sua salvaguarda. Foram analisados o recente processo de tombamento da área e as instâncias que levaram a ele — desde as discussões do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental Cultural e Urbano da Liberdade (IGEPAC-Liberdade) até sua atualização e consequente tombamento.

Ao final dessa primeira etapa de trabalho ficou clara a importância do Caminho Histórico Glória-Lavapés como patrimônio desde o período colonial, que marca o início da ocupação de São Paulo por ser a primeira conexão com Santos (a Estrada Velha ou o Caminho

para Santos), configurando um eixo de ligação à área portuária. Além disso, o traçado desse percurso, que é uma das ruas mais antigas da cidade, está até hoje preservado; sua sinuosidade se deve ao fato de que para transpor as barreiras geográficas entre as duas cidades era necessário um percurso mais orgânico, mais parecido com a própria topografia. Assim, o Caminho pôde ser também entendido por meio do seu valor paisagístico. Sua sinuosidade também se associa a uma área de várzea e a um grande desnível no Morro do Piolho, que transforma esse bem patrimonial em um generoso cone visual, onde é possível perceber não apenas a geografia, mas também a história de São Paulo.

Nessa primeira etapa de trabalho percebeu-se o estudo descontinuado da região ao longo do tempo, pois o do Caminho Histórico Glória-Lavapés foi contemplado na década de 1980 pelo IGEPAC-Liberdade e apenas retomado décadas depois, com o pedido e a abertura do processo de tombamento histórico do Largo do Cambuci e da Rua do Lavapés (Tombamento 2007.0178.659-9). O processo de tombamento foi homologado em julho de 2019, mostrando avanços ao incorporar a discussão da salvaguarda da paisagem no contexto da cidade e evidenciando os hiatos ainda presentes na discussão da preservação da paisagem urbana.

Na fase seguinte, a partir dos aprendizados do primeiro momento, a pesquisa abordou e aprofundou os estudos já existentes sobre a área e as suas lacunas históricas. Organizando-se em três frentes, foi possível realizar uma análise complementar ao inventário do processo de tombamento; ao final da pesquisa, anexou-se o relatório elaborado como uma ferramenta de valorização desse percurso e, portanto, como um auxílio na salvaguarda do Caminho Histórico Glória-Lavapés. As três frentes de estudo adotadas foram:

- Análise histórica e territorial: levantamento da história presente no processo e reconhecimento de camadas ocultas, como memória negra e imigração no centro expandido (bairros do Glicério, Cambuci e Liberdade). Estudo do inventário realizado pelo



FIG. 1:

Ilustração baseada em fotografia do Morro do Piolho no Cambuci. A fotografia mostra o cone visual de ampla abertura que foi tombado no processo.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em fotografia da Casa da Imagem, DPH, SMC. TOURINHO; PIRES, 2016, s.p.

IGEPAC-SP, na década de 1980, e suas consequências para as diretrizes de atuação do DPH, como a formulação de listas de consulta e inventários;

- Cartografia: pesquisa e produção de mapas atuais e releituras de mapas históricos, de maneira a situar o território nos âmbitos político, geográfico e econômico e permitir o entendimento da variação topográfica da região, os consequentes cones visuais e seu desenho meândrico, que segue o percurso da várzea do Rio Tamanduateí. Foram abordadas as questões de paisagem e ocupação, vulnerabilidade social e legislação;
- Antropologia urbana: reconhecimento do Caminho Histórico Glória-Lavapés por meio de entrevistas com usuários variados da área, como moradores, visitantes e trabalhadores locais, além de visitas técnicas a campo. Foram realizadas entrevistas e análises do uso e ocupação do Caminho sob uma perspectiva diferente da histórica e cartográfica, a partir das quais se pretendeu trazer as pessoas que utilizam desse eixo como personagens ativos em sua formação e subsequente ocupação, assim entendendo as diversas dinâmicas e

formas de apropriação do espaço ao longo do tempo.

2. ANÁLISE HISTÓRICO-TERRITORIAL

A tomada de decisão para o tombamento é, antes de tudo, ato de discernimento cultural, que procura atender às reclamações de muitas vozes e de muitas gerações. Como tal, é um ato de inteligência e de coragem coletiva. Trata-se de uma estratégia *trans-ideológica*, destinada a ter permanência e validade histórica. (AB'SÁBER, 2004, p.379, grifo do autor).

Partindo da análise do tombamento do Caminho Histórico Glória-Lavapés (SÃO PAULO, 2007), pode-se compreender as múltiplas articulações com as urbanidades existentes nessa área, suas disputas territoriais, a memória, o tombamento da paisagem, a salvaguarda e as apropriações do bem cultural no contexto urbano. Tais questões resgatam aspectos históricos do bairro da Liberdade e de seu entorno imediato, como o bairro do Glicério e o Cambuci, complementando os estudos já existentes acerca do tombamento dessa paisagem.

O bairro da Liberdade possui valor histórico significativo, além de uma memória cultural e afetiva muito presente, permitindo a compreensão das diversas camadas de urbanização que a cidade de São Paulo contempla ao longo do tempo. Em meio à diversidade que envolve essa região, é possível identificar na paisagem e no seu entorno resquícios desses múltiplos agentes.¹ Esse território, anteriormente conhecido como Distrito Sul da Sé-Glória, carrega características de "caminho" por ser um eixo que tropeiros atravessavam de São Paulo de Piratininga até Santos, e ainda, por se localizar próximo ao triângulo histórico considerado marco inicial da ocupação da cidade. Independentemente destas particularidades, a região nunca teve seu valor reconhecido no período colonial enquanto principal ponto de acesso à cidade.

No século XIX, a zona central da cidade, onde se localiza o Caminho Histórico, era caracterizada por forte presença negra. Em 1872, tanto escravizados quanto libertos chegaram a compor um terço de toda a população de São Paulo. Como as Ruas Glória e Lavapés representavam um eixo daquilo que seria "os fundos" da cidade (o Caminho para Santos), em oposição ao que seria "a entrada" da cidade — o caminho para o Rio de Janeiro —, muitos negros ou infraestruturas para minorias localizavam-se nessas imediações. A área urbana nesse período se constituiu como território negro por possibilitar ofícios para os libertos e escravos evadidos das fazendas. Dentre os pontos importantes dessa territorialidade estão os quilombos urbanos, os mercados e espaços das irmandades religiosas. O Cemitério dos Aflitos (inserido nas quadras imediatas da Rua da Glória), onde eram realizados diversos cultos religiosos com raiz africana, enfatizava as relações com seus antepassados.² A Capela de Nossa Senhora dos Aflitos, construída em 1774, embora mantida pela Santa Casa de Misericórdia, recebeu forte influência africana em seus cultos católicos. Está localizada no centro do terreno do antigo cemitério, e ainda hoje é destino de romarias populares. Ainda nesse contexto, surge o bairro do Bixiga, originário do quilombo do Saracura.

Na cidade que se quer civilizada, europeizada, o quilombo é uma presença africana que não pode ser tolerada. Isso se manifesta desde a formulação de um código de posturas municipal em 1886, visando proibir essas práticas presentes nos territórios negros da cidade: as quituteiras devem sair porque "atrapalham o trânsito"; os mercados devem ser transferidos porque "afrontam a cultura e conspurcam a cidade"; os pais-de-santo não podem mais trabalhar porque são "embusteiros que fingem inspiração por algum ente sobrenatural". (ROLNIK, 1989, p.7).

Raquel Rolnik (1989) aborda que a substituição da mão de obra escrava pelos imigrantes livres surge como resposta à crise abolicionista e à industrialização da cidade. No final do século XIX, cerca de 80% das atividades manufatureiras e artesanais eram exercidas por imigrantes estrangeiros, os quais iniciaram a ocupação de muitos bairros proletários.

A alternativa implicou também a formulação de uma teoria racial: a raça negra estava condenada pela bestialidade da escravidão e a vinda de imigrantes europeus traria elementos étnicos superiores que, através da miscigenação, poderiam branquear o país, numa espécie de transfusão de puro e oxigenado sangue de uma raça livre. Em São Paulo, essa formulação implicou uma intensa reorganização territorial, já que a partir do último quartel do século XIX, a cidade, que até então era um centro comercial modesto, tornou-se o centro da expansão cafeeira. (ROLNIK, 1989, p.5).

No século XIX, o bairro da Liberdade passou por um desenvolvimento urbano acentuado, através da ocupação predominante por chácaras, cujos loteamentos começam a delimitar o traçado das principais ruas do bairro, como a Tamandaré, a Conselheiro Furtado e a Avenida da Liberdade, localizadas ao lado das ruas da Glória e do Lavapés, antigo caminho dos tropeiros. Já no início do século XX, o bairro passou a ter traços residenciais.

As casas e sobrados são relativamente simples, mas ornamentados nas suas

fachadas e nos remetem ao trabalho dos artífices e artesãos da construção civil da época. De modo geral possuem gradis decorados, janelas de madeira emolduradas por relevos e decorações e entrada lateral com uma pequena escada de acesso o que configura um porão semienterrado. (SCHENKMAN, 2017, p.6).

As construções para sublocações ou pensões surgiram como outra maneira de ocupação na região. As áreas de comércio se estruturavam nos eixos de maior circulação de pessoas e as oficinas existentes ocupavam os térreos ou os porões dos imóveis. Com as mudanças econômicas, sociais e urbanísticas em toda a cidade de São Paulo, no início do século xx, o bairro da Liberdade era constituído, principalmente, por imigrantes europeus – italiano e portugueses –, que foram se ausentando da região na medida em que melhoravam suas condições econômicas e sociais, abandonando casarões, sobrados e palacetes, posteriormente transformados em pensões e casas de comércio (SCHENKMAN, 2017). Isso coincide com a chegada da primeira leva de imigrantes japoneses, que, atraídos pelo baixo preço dos aluguéis e pela localização privilegiada próxima ao centro, se concentraram nos arredores da Rua Conde de Sarzedas (NEGAWA; MOTOYAMA, 2001).

De acordo com Negawa e Motoyama (2001), a ocupação *nikkei* no bairro da Liberdade se deu em recortes temporais distintos, sofrendo um período de dispersão durante a Segunda Guerra Mundial devido a um decreto governamental que os proibia de viver em comunidades estanques. Segundo Guimaraes (1979), os nipônicos reuniram-se novamente criando o bairro japonês nos arredores da Rua Galvão Bueno, incentivados pela construção do prédio Niterói e pela abertura do Cine Niterói, em 1953.

As transformações urbanas ocorridas em São Paulo no início do século xx se deram principalmente no eixo que ligava o centro da cidade à Santo Amaro, com um traçado marcado pela linha do bonde, inaugurada por completo no ano de 1886, entre as estações São Joaquim até Santo Amaro. O grupo empresarial da Light and Power, responsável por implantar os primeiros serviços de eletricidade na

capital (entre eles o transporte de bonde e a iluminação pública), comprou a linha para Santo Amaro e passou a implantar o sistema elétrico de tração nos bondes em 1900. No ano seguinte, instalou sua sede em um grande terreno localizado no centro expandido da cidade, na Rua do Lavapés.

O sistema de bonde é desativado em 1968, quando foi inaugurada a linha norte-sul do metrô, substituindo grande parte do trajeto do transporte coletivo na região. Negawa e Motoyama (2001) estabelecem outro recorte temporal de ocupação em 1974, caracterizado pela expansão chinesa para outras áreas do bairro da Liberdade, junto com os decasséguis, no início da década de 1980.

Os antigos caminhos passam a ter uma ocupação já bastante adensada e consolidada no ano de 1930. A Rua da Glória e a Avenida Liberdade começam a se integrar mais com a região central, tanto por seu caráter comercial e de serviços, quanto por questões topográficas, constituindo um eixo/ estrada para a direção sul da cidade (SCHENKMAN, 2017).

O eixo da Avenida Liberdade que se estende à Rua Vergueiro liga pela cota mais alta a colina do Centro ao espigão da Avenida Paulista. A oeste desse eixo está o vale do córrego do Itororó, posteriormente canalizado para a abertura da Avenida 23 de maio. A leste, na encosta que segue em declive até a várzea do rio Tamanduateí, está a ocupação que define o bairro da Liberdade. Hoje, apesar da intensa urbanização, adensamento e verticalização, alguns lugares da paisagem natural permanecem perceptíveis ao observador atento. Os primeiros loteamentos ocuparam os terrenos com implantação e edificações que seguiam sua topografia. (SCHENKMAN, 2017, p.7).

O bairro da Liberdade passou por grandes modificações urbanísticas ao longo do século xx, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Houve uma intensa transformação na ocupação do bairro, com antigas construções sendo demolidas, dando lugar a prédios altos com cerca de dez pavimentos.³ Outro grande motivo de transformação na região foi a implantação

do metrô, em 1975, e a legislação de uso e ocupação vigente na época.⁴

A área do Caminho Glória-Lavapés possui um traçado sinuoso, o qual acompanha a várzea do rio⁵, dividindo o bairro em uma parte alta e uma parte baixa. Esse traçado delimita o caminho por onde passavam os tropeiros que iam do centro de São Paulo a Santos no período colonial, e que prosseguiram pelo Largo do Cambuci em direção ao bairro do Ipiranga, passando por regiões já protegidas pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) e contempladas no IGEPAC-SP.

Diferentemente dos fatos de memória, que é elaborada, transmitida e realimentada diretamente pelos atores sociais, em redes de relações sociais, o patrimônio é uma realidade instituída pelo Estado. A preservação é definida pela Constituição Federal como responsabilidade concorrente da União, dos Estados e dos Municípios, e compartilhada com a sociedade civil. Ela resulta, portanto, de práticas que, por definição, são desenvolvidas na interface entre agentes governamentais e segmentos específicos e especializados da sociedade. (ARANTES, 2006 apud PRATA, 2013, p.45).

A preservação e conservação das cidades começam a ser discutidas no Brasil pelo Estado na década de 1920, principalmente com a implantação da Inspeção dos Monumentos Históricos, em 1923. A constituição do SPHAN, na década de 1930, inicia um intenso debate sobre patrimônio e memória, no contexto de uma proposta de construção de identidade nacional (PRATA, 2013). Com a criação da Secretaria Municipal de Cultura, no ano de 1975, e com o desdobramento do Departamento do Patrimônio Artístico Cultural, foram implantados o Departamento de Informação e Criação Artística (Idart) e o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), que visavam proteger e inventariar bens culturais (SOMEKH, 2015).

Em 1977, há uma primeira tentativa de listagem de edifícios modernos isolados,

que só é retomada em 1986. Na década seguinte é proposta uma nova listagem de edifícios de caráter moderno em parceria com o DOCOMOMO Internacional, que, assim como a listagem anterior, deixa de abordar o bem inventariado em sua implantação dentro de um contexto urbano mais abrangente (BAFFI, 2016).

A Divisão de Preservação do Departamento Histórico começa a elaborar, entre 1982 e 1983, o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo, o IGEPAC-SP⁶, cujo foco é a sistematização de documentos, a realização de levantamentos de informação das áreas e a divulgação do que constitui o Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo⁷, além de designar uma metodologia para a prática de inventários, englobando um estudo histórico e legislativo sistemático e, eventualmente, propostas concretas de intervenção.

O IGEPAC-SP⁸ possui como eixo central a memória e identidade urbana, além de subsidiar discussões acerca da urgente necessidade de participação nas políticas e planos de desenvolvimento urbanístico, áreas preservadas ou em transformação urbana. O IGEPAC-Liberdade foi o primeiro a ser realizado e teve seu caderno publicado em 1987, porém sem qualquer prosseguimento administrativo. Em 1995, o processo é retomado e o DPH encaminha ao Conpresp uma listagem com 480 imóveis inventariados, os quais não tinham proteção legal, levando à demolição de diversas edificações entre os anos 1980 e 2000.

O IGEPAC-Liberdade teve como meta principal a consolidação da preservação de imóveis e conjuntos urbanos, os quais não são necessariamente grandes monumentos, mas representam diversas camadas históricas da cidade e da ocupação do bairro. Em 2016, impulsionado pela retomada dos estudos acerca da região, realizados principalmente pela arquiteta Raquel Schenkman, o Conpresp atualiza a proposta inicial do inventário, propondo uma revisão do perímetro, a exclusão de imóveis já demolidos, a inclusão de outros imóveis e a divisão do bairro em seis grandes áreas de estudo: Liberdade, Glicério, Glória-Lavapés, Pirapitingui/São Joaquim, Vergueiro e Nossa Sra. da Conceição.

Assim, a pesquisa partiu do contexto do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental Cultural e Urbano da Liberdade para aprofundar debates intelectuais sobre a valoração e preservação do percurso Caminho Histórico Glória-Lavapés enquanto patrimônio paisagístico, humano e material. Ou seja, por mais que hoje esse caminho possua aberturas visuais significativas para uma cidade como São Paulo, esse local também guarda memórias passadas como a dinâmica urbanística do período colonial ou o apagamento de populações marginalizadas. Assim, nesse caso tornou-se difícil a noção do bem cuja "grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais" (CANCLINI, 1994, p.96), justamente porque os valores patrimoniais, nesse caso, são a somatória de memórias de tempos diversos. A apropriação desse bem cultural foi compreendida, então, não só no contexto urbano atual, mas também nas camadas de significado de tempo e de ocupação atribuídas ao bem.

Considerando ainda a paisagem como um processo cultural, é possível compreendê-la como um documento da passagem do tempo, uma vez que as sucessivas camadas de interação do homem com o meio, registrando contextos sociais específicos no tempo e espaço. Desse modo, ela revela não só o quadro presente, como também os processos históricos e sociais pelos quais foi constituída, modificada e significada socialmente. Assim, a história da paisagem pode ser compreendida como história de sua produção continuada. (ARROYO, 2006 apud SANTANA, 2017, p.31).

Logo, a paisagem urbana carrega todo um contexto plural na construção da memória da cidade e por isso não se pode compreendê-la isoladamente. É importante o entendimento das diversas camadas materiais e imateriais que compõem o espaço, mas essa é uma discussão que ultrapassa os limites da pesquisa que originou o presente relato.

No Brasil, o debate sobre a paisagem urbana se iniciou com o Decreto-lei nº 25, de 1937⁹, cuja discussão aborda a paisagem de maneira mais direta, sem englobar outras instâncias sociais. Mesmo

após mudanças urbanísticas e avanços nas discussões acerca da salvaguarda do patrimônio da cidade, o Decreto nº 25 ainda possui forte representação nos debates acerca da preservação dos ambientes urbanos atualmente.

O Caminho Histórico Glória-Lavapés dentro do IGEPAC-Liberdade se enquadra nesse contexto legal, e por isso, a produção da pesquisa buscou justamente ressaltar discussões acerca de sua área, suas constantes transformações e salvaguarda. Assim, ao deixar de pensar no imóvel como monumento a ser preservado, passa-se a englobar um conjunto de elementos — rua, casa, população, história e geomorfologia — de maneira a aprofundar a discussão acerca da cidade e de sua ocupação.

Essa discussão pôde ser percebida em diversas instâncias por meio de análise crítica sobre o Caminho Histórico Glória-Lavapés. Por exemplo, o traçado meândrico do caminho que, apesar de permanecer inalterado, possui edificações que desenham hoje essa paisagem que se encontram bem descaracterizadas, devido à falta de diálogo entre a composição dessas diversas camadas de tempo que integram a região. Em alguns trechos do Caminho, principalmente na Rua da Glória, pode-se notar casarios baixos de um ou dois pavimentos convivendo com prédios altos, resultando em um descompasso na conformação visual do espaço e mais especificamente do *skyline* da rua.

Já no trecho final, que corresponde à Rua do Lavapés, pode-se observar seu grande valor enquanto paisagem, tanto pelas aberturas visuais quanto pelas edificações de gabarito baixo. O percurso abrange o Morro do Piolho cujo desnível acentuado entre a Rua do Lavapés e a Rua Espírita a torna uma área com grandes aberturas visuais, tanto para a Rua do Lavapés e para a várzea do Tamandateí, quanto para o centro da cidade, estruturada por casas de gabaritos baixos (de um ou dois pavimentos) na maior parte de seu trajeto, possibilitando a conexão visual e paisagística da região.

Atualmente, é evidente a transição da região pertencente à Liberdade (Rua da Glória e o começo da Rua do Lavapés) e da região pertencente ao Cambuci, que foram se modificando tanto social quanto morfologicamente, gerando



FIG. 2:

Imagem de divulgação do empreendimento Pátio Central Cambuci com as 35 torres habitacionais.

Fonte: <direcional.com.br/sao-paulo/empreendimentos/patio-central/>. Acesso em: out. 2018.

situações urbanas bastante distintas. Essas diferenças podem ser notadas ao se percorrer toda a extensão do caminho, e ficam ainda mais perceptíveis conversando com moradores, trabalhadores e frequentadores de ambos os trechos.

A verticalização na Rua do Lavapés é menos densa se comparada à Rua da Glória, que é topograficamente mais acidentada. Além disso, no território demarcado pelo IGEPAC-Liberdade os índices de vulnerabilidade social são muito variados, assim como a presença de habitações irregulares.

A Rua da Glória, localizada na parte superior do Caminho Histórico, é pautada pelo uso comercial, que atrai um grupo diverso, reunindo pessoas de diferentes áreas da cidade. Descendo para a Rua do Lavapés, o uso comercial perde suas características predominantemente orientais e adquire um caráter de serviços e residências, em grande parte sublocadas, o que configura um espaço com menor fluxo de pessoas.

Os galpões da Light and Power, recentemente derrubados, tiveram um

papel essencial na conformação da região, constituindo hoje o maior terreno vazio do centro expandido. Mesmo quando os galpões funcionavam, essa não era uma área de uso e de integração da população, que não interagia com aquele local, o que criou uma dinâmica urbana completamente diferente daquela proposta pelo comércio oriental da Rua da Glória.

Justamente por esse ser um grande terreno, há grande interesse de empreendimentos imobiliários em construir nesse local. Porém, aí também passa o cone visual inventariado no IGEPAC-Liberdade (que se origina no Morro do Piolho) de modo que grandes edificações podem prejudicar essa vista de valor patrimonial. Atualmente, a Construtora Direcional está desenvolvendo um projeto de construção de 35 torres residenciais com 5.500 unidades na área, intitulado Pátio Central, com cerca de 107 mil m². A proposta do projeto prevê seis lotes, sendo que cada um representará um condomínio residencial murado e formado por duas torres. Além de 60% das moradias se enquadrarem nas faixas de 1 e 2 do programa Minha Casa Minha Vida,



FIG. 3:

Mapa das legislações patrimoniais que ilustra o recorte territorial do IGEPAC-Liberdade e da área aprofundada nessa pesquisa: o Caminho Histórico Glória-Lavapés.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas camadas *shapefile* disponíveis para download no Geosampa em: geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_sbc.aspx.



FIG. 4:

Cartografia sobre as massas d'água do período colonial e atual ilustrando as diferenças hídricas, mas também demarcando a importância dos rios no percurso dos tropeiros no período colonial.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas cartografias disponibilizadas pelo DPH em: www.arquiamicos.org.br/info/info20/i-indice.htm.



FIG. 5:

O mapa mostra o gabarito de edificações da região, evidenciando o quanto essas construções em baixa altura colaboram para a permanência da amplitude visual existente no cone visual tombado no IGEPAC-Liberdade.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas camadas *shapefile* disponíveis para download no Geosampa em: <geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_sbc.aspx>.

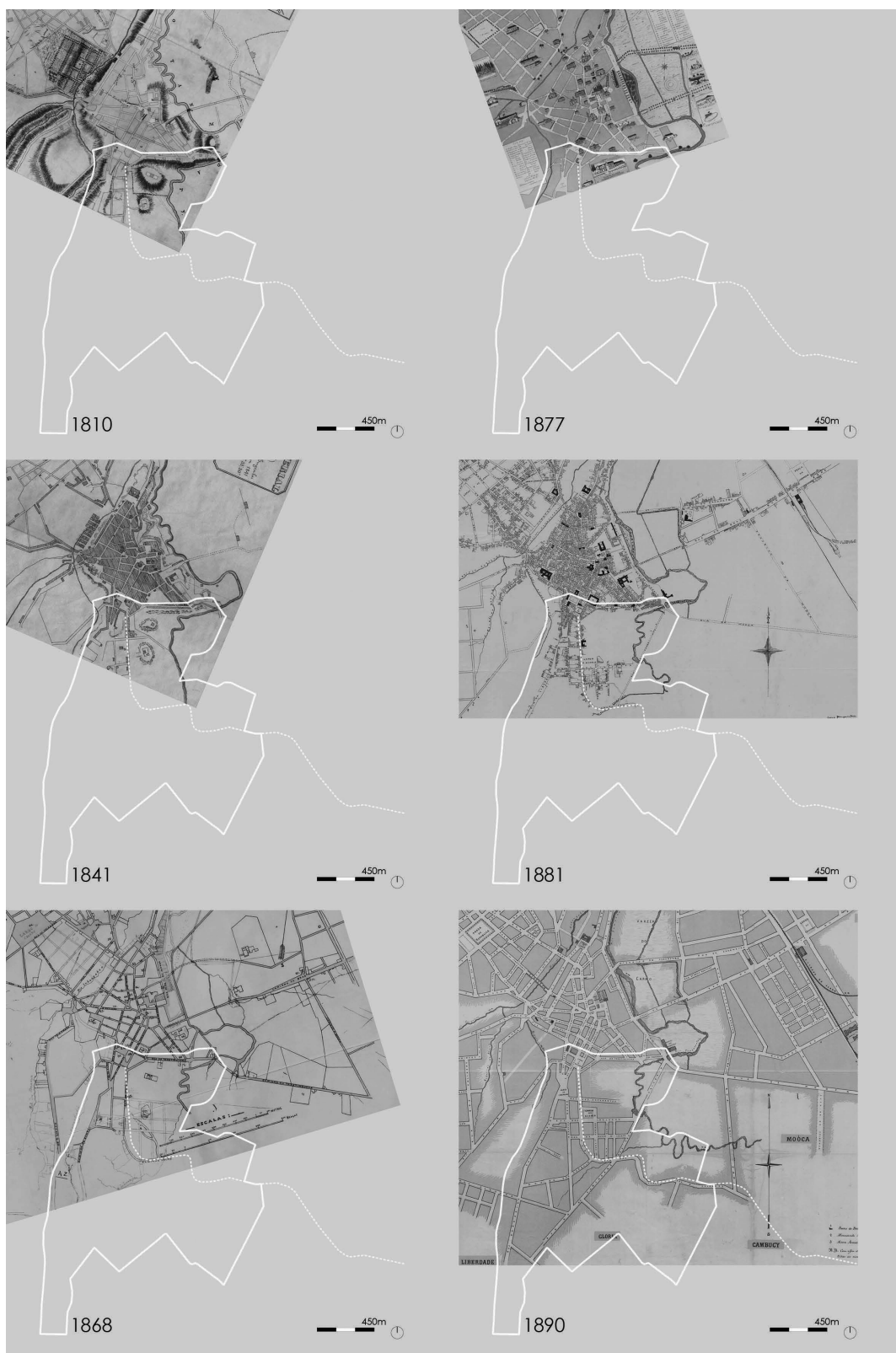


FIG. 6:

Cartografias históricas de 1810, 1841, 1868, 1877, 1881 e 1890 que ilustram o apagamento da região em diferentes períodos.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas cartografias disponibilizadas pelo DPH em: <www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-indice.htm>.

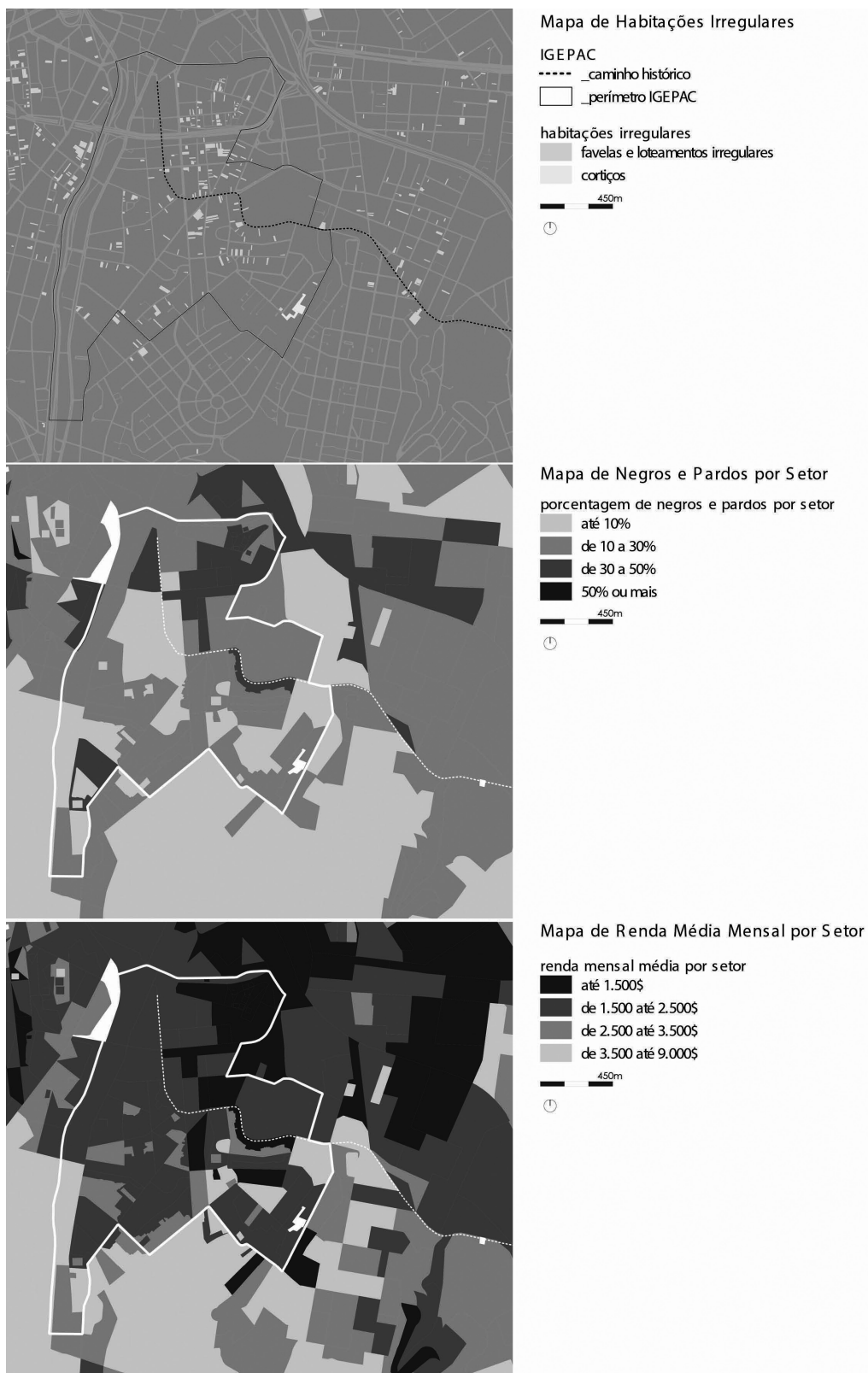


FIG. 7:

Através da implantação do Caminho Histórico em meio à delimitação do IGEPAC-Liberdade, entende-se a existência de uma vulnerabilidade social ao longo do percurso ao mesmo tempo que uma diferença perceptível entre a Rua da Glória em relação a Rua Lavapés.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Censo Demográfico de 2010.

40% estão enquadrados em apartamentos de médio padrão.

Logo, nesse caso, como também em outros expostos na frente de pesquisa intitulada "Análise Histórica e Territorial", foram encontrados contextos onde a preservação não se consolidava de maneira minimamente desejável. Tanto a memória negra quanto a paisagística estão presentes na última atualização do IGEPAC-Liberdade, mas isso não foi o suficiente para que a cultura negra fosse preservada enquanto arquitetura ou manifestações culturais diversas. No caso das aberturas visuais da cidade, perceptíveis do Morro do Piolho, um empreendimento imobiliário consegue ultrapassar algo valorado no inventário do DPH, ou seja, algo com valor de lei, demonstrando deficiências na salvaguarda desse bem — o Caminho Histórico Glória-Lavapés.

3. LEITURAS CARTOGRÁFICAS

Uma segunda frente de pesquisa desenvolvida se deu por meio da produção de cartografias que evidenciassem questões sobre o recorte do IGEPAC-Liberdade de maneira mais objetiva em três subdivisões: legislação, paisagem e ocupação, e vulnerabilidade social.

Na categoria Legislação houve a produção de mapas que explicassem as sobreposições de leis construtivas e patrimoniais no entorno imediato como na fig. 3 — onde é possível não só compreender qual é o recorte de estudo estabelecido pelo IGEPAC-Liberdade, mas também o quanto o Triângulo Histórico possui mais instâncias de tombamento para a salvaguarda da região do que o entorno do Caminho Histórico Glória-Lavapés.

Na subdivisão intitulada como Paisagem e Ocupação foi importante a produção de cartografias que ilustrassem especialmente a relação do traçado viário com as massas d'água coloniais e atuais como na fig. 4. Nessa mesma categoria (como podemos ver na fig. 5) foi importante o cruzamento de dados sobre o gabarito das edificações do entorno com o desenho do cone visual tombado no inventário. Essa sobreposição é necessária pois o processo de tombamento delimitou uma área para preservar a amplitude

visual da região, mas esse feito não foi o suficiente para a salvaguarda da vista, pois dentro desse cone visual está justamente a primeira fase de construção das torres do Pátio Central, que já está aprovada.

Embora o Caminho Histórico Glória-Lavapés tenha sido uma peça chave para o desenvolvimento urbano no período colonial, ele nunca esteve localizado em uma área nobre, tendo sido sucessivamente ocupado por minorias. Isso pôde ser evidenciado na fig. 6, construída a partir das produções cartográficas oficiais dos anos 1810, 1841, 1868, 1877, 1881 e 1890; pois mesmo sendo uma das ruas mais antigas da cidade, poucas vezes é representada e é constantemente desconsiderada, aparecendo em mapas por meio de representações extremamente simples, frequentemente a lápis, sem o uso de adornos ou qualquer forma de enaltecimento da área. Além disso, a mancha urbana da cidade, por mais que crescesse significativamente por meio da ocupação da população negra, não aparece no âmbito cartográfico, sendo inclusive evidente uma não linearidade em sua representação, que se expande e diminui enquanto desenho ao longo desses anos.

Na última subdivisão das cartografias — Vulnerabilidade Social — foram produzidos três mapas com base nos dados do IBGE de 2010, sintetizados na fig. 7. Nessa produção ficou evidenciada a permanência da presença negra na região (que foi marcante também no período colonial — logo, essa não precisaria ser uma população apagada na região enquanto memória), a existência de moradores cuja renda é mais baixa e também a presença relevante de habitações irregulares, evidenciando no entorno na Rua Glória-Lavapés uma situação de vulnerabilidade social. Além disso é possível perceber diferenças entre a Rua da Glória (conectada diretamente com o Triângulo Histórico) e a Rua Lavapés (percurso sinuoso mais ao sul do trajeto).

4. APROXIMAÇÕES À ANTROPOLOGIA URBANA

Em algumas análises, a dinâmica da cidade é creditada de forma direta e imediata ao sistema capitalista; mudanças na paisagem urbana,

propostas de intervenção (requalificação, reciclagem, restauração), alterações institucionais não passam de adaptações às fases do capitalismo que é erigido, na qualidade de variável independente, como a dimensão explicativa última e total. Neste caso, quando aparecem atores sociais, são os representantes do capital e das forças do mercado: financistas, agentes do setor imobiliário, investidores privados. Personagens como os “animadores culturais” – consultores, arquitetos, artistas e demais intelectuais – também se fazem presentes, mas a serviço dos interesses do capital, como “profissionais caudatários”, para usar a expressão empregada por Arantes (1998). (MAGNANI, 2003, p.14).

A partir do desenvolvimento dos conceitos de etnografia e cidade, o artigo “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” (2003), de José Guilherme Cantor Magnani, propõe uma reflexão acerca do campo da “antropologia das sociedades complexas”, baseando-se no recorte do meio urbano. O autor parte do pressuposto que a maioria dos estudos sobre a cidade, realizados até então, encaixam-se no que ele classifica como um “olhar de fora e de longe”, que ele contesta por meio do “olhar de perto e de dentro”. Magnani defende que a maioria das análises é pautada por uma escala muito afastada que acaba por propiciar uma visão singular do meio urbano, em geral traçada por conceitos econômicos, que não são os únicos determinantes para a formação de um espaço.

Com isso em vista, percebe-se que o estudo realizado até agora do Caminho Histórico Glória-Lavapés é pautado pela análise de mapas e pelo levantamento histórico. Em ambos, a importância e, principalmente, a continuidade do caminho aparecem de forma muito coesa.

No âmbito cartográfico, percebe-se que as ruas da Glória e do Lavapés, que anteriormente eram uma só, articulam-se com a região acidentada da área de várzea dos rios e córregos originais. Percebe-se também, de forma mais clara, as variações topográficas do terreno, e consequentemente, a importância dos cones visuais decorrentes dessa variação. A partir da leitura de mapas históricos, fica evidente o papel daquela área ao longo

do crescimento de São Paulo. No âmbito histórico, entendemos que o caminho revela muito sobre o bairro e as diversas ocupações que ali existem e existiram. Marcando, não só o antigo caminho de tropeiros, mas também a reflexão acerca de suas diversas formas de ocupação ao longo do tempo.

São dois campos em que a descontinuidade entre a Rua da Glória, pautada por uma narrativa oriental, e a Rua do Lavapés, pautada pela ausência de uma narrativa, não aparecem. O objetivo da realização de um estudo de antropologia urbana, portanto, é complementar essa visão já informada sobre todas essas camadas invisíveis, com o “olhar de perto e de dentro”, que proporciona novas reflexões sobre o caminho e o espaço simbólico que ele ocupa hoje.

Reforçando a importância da presença da antropologia no estudo do meio urbano, o autor Carlos Nelson Ferreira dos Santos, ao escrever “Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo” (1980), nos possibilita evidenciar as pluralidades da natureza humana e da relação Estado-indivíduo para compreender como isso ocorre no Caminho Histórico Glória-Lavapés nas escalas urbana e individual.

Para realizar uma análise mais aproximada do Caminho Histórico Glória-Lavapés, levantamos alguns questionamentos: O caminho “existe” apenas nos mapas ou pode ser visto a olho nu? Qual é o seu significado, do ponto de vista do transeunte, que pouco sabe sobre topografia, hidrografia e passado histórico? Para quem passa ali, existe um caminho? Percebe-se a conexão entre a Rua da Glória e a Rua do Lavapés? Quais desconexões ali existem e porque elas se dão? Como a escala do indivíduo atribui novos significados para o entendimento da área? Essa unidade entre a Rua da Glória e a Rua do Lavapés ainda existe? Quais camadas surgiram e segregaram esses espaços culturalmente? Como as pessoas se relacionam nesses espaços?

Buscando responder a esses diversos questionamentos, elencamos algumas características que consideramos relevantes para entender o Caminho, tanto na sua relação com as pessoas quanto com o poder público. Assim, a investigação foi feita por meio do levantamento dos

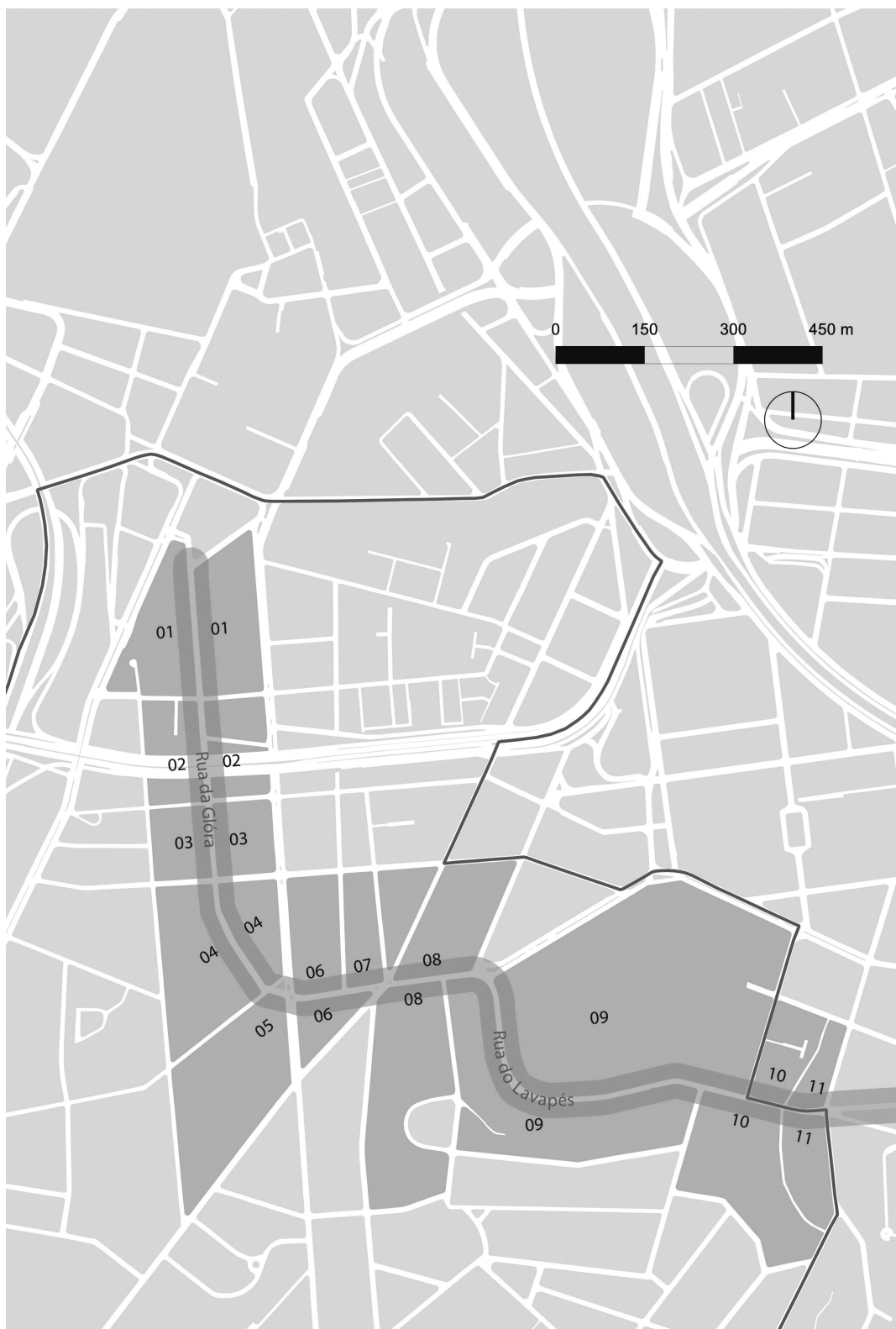


FIG. 8:

Mapa ilustrativo das quadras que compõem o Caminho Histórico Glória-Lavapés, demonstrando o percurso realizado durante visita a campo começando na Rua Glória (partindo do Triângulo Histórico, ao norte do percurso) em direção à Rua Lavapés (mais ao sul da cidade).

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas camadas *shapefile* disponíveis para download no Geosampa em: geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_sbc.aspx.

seguintes elementos: número de lixos; número de luminárias; percentual de fachadas ativas; número de telefones públicos; quantidade de transeuntes em diferentes horários; e quantidade de pontos de táxi, de árvores e de bancas de jornal. Esses elementos foram levantados seguindo uma divisão por quarteirão, que possibilitou a comparação da evolução dos resultados ao longo do Caminho.

Estabelecendo como percurso que se inicia na Rua da Glória, mais próxima do Triângulo Histórico, em direção à Rua Lavapés, mais ao sul de São Paulo, foi possível evidenciar a descontinuidade entre a primeira e a segunda rua. Ao comparar a quantidade de árvores por quadra, o primeiro trecho é muito mais arborizado que o segundo, bem como o número de transeuntes, que diminui bastante no segundo trecho. Os pontos de táxi localizam-se todos nos primeiros quatro quarteirões. Os pontos de ônibus são muito mais próximos no primeiro trecho, havendo uma média de um ponto a cada 132 metros, enquanto no segundo trecho essa média vai para um ponto a cada 500 metros. No caso das bancas de jornal, não há diferença entre os dois trechos, enquanto no caso dos telefones públicos o número é maior no segundo trecho. As fachadas ativas, apesar de serem em maior quantidade no primeiro trecho, também estão presentes no segundo, porém o tipo de uso dessas fachadas altera-se muito; se na rua da Glória os usos são, principalmente, de comércio e restaurantes ligados à cultura oriental, no segundo trecho esse uso vai de lanchonetes, bares e oficinas a igrejas.

O uso das calçadas pelas pessoas também muda de um trecho para o outro. No primeiro trecho (Rua da Glória), especialmente até o terceiro quarteirão, as calçadas são utilizadas não somente para passagem, mas também para permanência. Há comerciantes conversando, pessoas paradas e fumando, trabalhadores de estacionamento sentados em cadeiras e taxistas sentados nos pontos. No segundo trecho, além de haver menos pessoas, elas passam apenas por algumas calçadas do trecho. Em frente ao terreno onde serão construídas as torres há muitas oficinas, em torno das quais gira o pequeno fluxo de pessoas.

O ponto destoante do segundo trecho é onde se localizará o empreendimento imobiliário aprovado recentemente. Essa região possui um número maior de árvores que o eixo histórico. Ao se caminhar pelo local percebe-se que muitas das árvores são jovens e foram plantadas há pouco tempo, concentrando-se na frente do terreno dos antigos galpões da Light and Power. É também a quadra com as melhores condições de calçada do segundo trecho e com o maior movimento de pessoas, o que traz uma sensação de segurança. Ademais, não há entulho e lixo jogados na calçada. Nesse bloco já existe um empreendimento imobiliário em frente ao terreno onde será construído o novo. Justamente nesse pedaço entre os dois empreendimentos há um radar de velocidade, impedindo que os carros andem a mais de 50 km/h.

Diante disso, são evidentes as melhores condições do nono quarteirão em relação aos demais do segundo trecho, e como a ação do capital privado impacta locais onde o poder público não age como deveria. Caminhando pelo eixo histórico fica claro que no trecho da Rua do Lavapés são necessárias mudanças a fim de melhorar as condições de uso do espaço, tanto pelos moradores quanto pelos transeuntes. Os locais onde a presença da prefeitura é ineficiente estão sempre mais sujeitos às ações privadas. O problema dessa situação é o enfraquecimento da voz do poder público diante das decisões das empresas. A memória e a paisagem do Caminho Histórico Glória-Lavapés precisam ser preservadas, mas a ausência de ações efetivas do poder público demonstra a falta de um planejamento urbano e uma desconexão entre as decisões de órgãos patrimoniais e urbanísticos.

A falta de iluminação, arborização, coleta de lixo e transporte público, corrobora com a mudança radical na qualidade de vida entre um quarteirão e outro. Caminhar pela Rua do Lavapés e perceber a falta de infraestrutura pública torna um empreendimento de 35 torres uma alternativa benéfica para a região. A construção das torres revela muito sobre a falta de diálogo entre os diversos agentes presentes na cidade e suas prioridades. O tombamento de partes distintas da paisagem urbana enquanto unidade faz com que as áreas menos

consolidadas fiquem sujeitas a ações que a descaracterizam, uma vez que não há proteção ou resguardo pela comunidade local. Isso resulta na aprovação de um projeto — carregado de problemas — sob o pretexto de melhoria urbana.

Essas diferenças, tão significativas entre essas duas áreas adjacentes e espacialmente contínuas, atestam uma disparidade nos investimentos do poder público nas duas regiões. Enquanto a Liberdade, que tem muitos frequentadores atraídos pelo turismo, possui uma boa infraestrutura urbana, o Cambuci possui uma deficiência notável neste aspecto, sendo o quarteirão dos grandes empreendimentos imobiliários o único que se assemelha ao trecho da Liberdade.

Em toda a região do Caminho Histórico há uma crescente verticalização. Muitos dos sobrados que compunham a rua desde o começo do século XIX foram derrubados para dar lugar a edifícios habitacionais ou institucionais, como é o caso do Tribunal de Justiça, localizado na Rua da Glória (no sentido norte-sul). Este é um dos quarteirões que mais possui empreendimentos recentes, com poucos edifícios de até três andares. No quarto quarteirão também é possível notar edificações novas e mais altas, com dois prédios de vinte andares e mais alguns com até seis andares.

Na transição de uma rua para a outra começa, a partir da quinta quadra, há uma grande predominância de sobrados, muitos deles cortiços. O ponto destoante é o nono quarteirão (já na Rua Lavapés), no qual foi inaugurado o empreendimento Face Home Life, com uma torre de 26 andares em frente ao terreno onde será construído o recém-aprovado empreendimento. A partir destes empreendimentos imobiliários na região, nota-se uma clara falta de diálogo entre as propostas de construção e a pré-existência. Essa questão é acentuada por se tratar de uma área com qualidades desejadas tanto por sua localização central na cidade quanto pela presença de aparatos urbanos vinculados a empreendimentos imobiliários. Assim, contraditoriamente, trata-se de uma localidade de grande valor patrimonial, estando dentro de um cone visual estabelecido enquanto patrimônio; mas justamente as construções que ameaçam

a salvaguarda desse bem paisagístico também proporcionam uma melhoria na infraestrutura pública imediata.

No caso do Caminho Histórico Glória-Lavapés, especificamente, há um agravamento deste fato por se tratar de uma área homologada e com resquícios arqueológicos. O empreendimento da Construtora Direcional em andamento não leva em conta pontos importantes levantados desde o IGEPAC-Liberdade, como o gabarito, o desenho urbano e as conexões entre as ruas lindeiras, e ainda desconsidera o fato do terreno ser parte constituinte dos cones visuais e de toda a história do local. Outra problemática que envolve esta gleba refere-se à demolição dos galpões da antiga Light and Power, em 2014.

A região do Cambuci vem recebendo muitos haitianos nos últimos anos, principalmente pela presença da Congregação Presbiteriana dos Imigrantes, a qual acolhe refugiados, que por não poderem pagar o preço dos aluguéis da região, residem nos cortiços da rua, colaborando para o adensamento populacional do local sem que haja qualquer planejamento. Nesse processo foi possível perceber desentendimentos entre os moradores e até xenofobia presente no local. Alguns moradores mais antigos do bairro dizem que a quantidade de lixo na rua aumentou muito desde a chegada dos haitianos, depositando nessa população a causa de enchentes nessa área de várzea, como dito pela moradora Luciene:

A maioria desse pessoal é o que mais dá rato, barata. Aí é o que faz entupir. As pessoas de pensão e aí jogam os lixos aí. É fralda, é tudo o que você imagina é jogado nas ruas. Quando chove, entopem os banheiros todinhos e isso aí vira um rio. (HUBNER, Beatriz e GALLONI, Fernanda. Entrevistada: Luciene. São Paulo. Entrevista concedida na visita técnica realizada na Rua do Lavapés, 303 em jan. 2019).

Para maior compreensão da relação das pessoas que ali convivem com a Rua Glória e Lavapés foram realizadas 31 entrevistas. O contato direto com os transeuntes permitiu ampliar a percepção dos diversos significados que o Caminho Histórico Glória-Lavapés carrega. As

questões elaboradas serviram de guia para a conversa com os entrevistados. As perguntas, algumas específicas e outras mais abrangentes, abarcavam diferentes questionamentos, procurando compreender quem eram as pessoas entrevistadas, se eram moradores do bairro, se estavam apenas trabalhando, ou em um breve passeio. Aos que moravam e trabalhavam na região interessava saber desde quando estavam ali e se haviam testemunhado as diversas mudanças que ali ocorreram. O objetivo foi coletar um pouco da história do local, como é vista e contada nas ruas, "Quais mudanças ocorreram desde que você mora aqui?"; "Você sabia que passa um rio abaixo dessa rua?"; "Existem eventos que sempre acontecem no bairro?", perguntas como essas levaram a diferentes divagações sobre o porquê do nome Rua do "Lavapés" ou Rua "da Glória", o porquê do aumento da criminalidade na região, e quais culturas transitam por aquele espaço.

A relação entre ambas partes do Caminho pôde ser explorada por meio de questões como "Você entende esta área como parte do bairro da Liberdade?"; "Você se identifica com a tradição oriental?"; "Existem outras tradições neste bairro?". Isso possibilitou expandir um pouco a discussão iniciada em momentos anteriores da pesquisa, como a descontinuidade entre a Rua da Glória e a Rua do Lavapés, que para além de diferentes aspectos físicos — como a falta de transporte público, saneamento e iluminação —, também pôde ser percebida claramente nas pessoas entrevistadas nos dois trechos.

O questionário foi dividido em duas vertentes. Ao entrarmos na baixada do Glicério adicionamos perguntas específicas a problemáticas daquela área, como: "Existem mirantes ou áreas em que dê para ver a paisagem e a vista?"; "Alguns prédios estão em construção na Rua do Lavapés. Você acha legal a área estar se verticalizando e construindo mais prédios?"; "A área dos terrenos da Light está vazia há algum tempo, você imagina algum uso para ela?"; "Recentemente foi aprovada a construção de torres de habitação nessa área, você acha que é o melhor uso que ela poderia receber?".

Por fim, com perguntas específicas em relação aos alagamentos na área e ao seu valor patrimonial, pudemos compor melhor o imaginário geral que o percurso carrega para quem ali convive, encarando diversas problemáticas locais sob diferentes perspectivas.

Dentro do total de 31 entrevistas, 21 ocorreram na Rua da Glória. Esse trecho é caracterizado pela grande oferta de comércios orientais, com mais lojas abertas de segunda à sexta e um maior número de restaurantes aos fins de semana, quando seu uso passa a ter maior caráter de lazer. Pessoas de diversas partes da cidade utilizam seus dias de folga para comer e comprar na área.

Na parte do Caminho Histórico na Rua Lavapés foram entrevistadas dez pessoas. Todos que moravam no bairro também trabalhavam ali, mas ninguém morava e trabalhava em outra região ou estava apenas a passeio. Nesta parte do caminho, os comércios já não têm características orientais e são majoritariamente bares e oficinas. Todas as entrevistas foram realizadas com pessoas que estavam nas calçadas ou no interior de comércios (atendentes de loja e proprietários). Embora o bairro da Liberdade seja caracterizado pela imigração oriental, foi encontrada uma grande quantidade de imigrantes haitianos na segunda parte do caminho, dos quais nenhum falava português.

Através das entrevistas foi possível reconhecer o território por meio de uma ótica de seus usuários, identificando camadas antes imperceptíveis. Verificou-se quem habita esse espaço e como ele é apropriado, bem como a ligação dessas pessoas com o bem tombado, subsidiando assim discussões acerca de novas camadas que compõe o território ao longo do tempo, e refletindo sobre as propostas de empreendimentos que cercam cada vez mais a região, e como se dá a participação da população nessas mudanças.

Percebe-se na área um forte potencial estruturador, principalmente devido à sua localização privilegiada, próxima ao centro da cidade e vias arteriais que permitem acesso a diversas regiões. Devido à sua ocupação por minorias, tornou-se alvo de esquecimento e de constantes mudanças

que descaracterizaram a região ao longo do tempo.

Este território é constituído por camadas históricas que carregam consigo resquícios da conformação original da cidade. O traçado do Caminho Histórico Glória-Lavapés possui vestígios do rio Tamanduateí, que hoje se encontra canalizado, com as aberturas visuais existentes por sua formação hidrológica e topográfica, ambos ameaçados pela crescente verticalização do bairro e o descaso do poder público.

As entrevistas permitiram perceber que aquele lugar manteve suas características de área de passagem, funcionando como ligação entre diversas regiões de São Paulo. A participação do mercado imobiliário, como agente estruturador do território urbano, resulta em diferentes narrativas para a cidade, privilegiando aquelas que lhe convém e contribuindo para o apagamento de espaços menos consolidados em âmbitos históricos e urbanísticos. Os projetos ali implantados pouco contemplam as pessoas que ali habitam, tanto por seus desenhos, quanto pela ausência de medidas para a preservação da pré-existência. Todos esses aspectos tornam vulnerável a memória afetiva e cultural da área.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de pesquisa foi possível observar os diversos caminhos de discussão que essa área contempla, proporcionando o entendimento das diferentes camadas histórico-sociais que compreendem o Caminho Histórico Glória-Lavapés.

Partiu-se da premissa do estudo da Liberdade enquanto laboratório para a compreensão das conexões entre patrimônio de paisagem urbana, sociedade e políticas públicas, subsidiando discussões acerca do Caminho Histórico Glória-Lavapés como: qual é a população da Liberdade? O que é o bairro da Liberdade? Qual a sua paisagem? É caminho? É passagem? Qual a sua representação enquanto patrimônio? Qual memória deve ser preservada? Como transpor a construção da história?

Assim, esse relato aborda tanto o histórico geral da área, como as sucessivas leituras realizadas ao longo do tempo, aprofundando a compreensão de dinâmicas específicas a partir de conceitos como memória coletiva, tombamento de paisagem e apropriação do bem cultural no contexto urbano, com vistas a pensar em próximas etapas e estratégias para preservação efetiva.

A situação da Liberdade é bastante complexa e única. Difere, por exemplo, de casos como dos bairros Higienópolis e Bela Vista, nos quais há uma morfologia urbana característica já consolidada, além de forte mobilização social e educação patrimonial. Difere também, no contexto econômico e na relação com o poder público. Essas discrepâncias se fizeram notar tanto pelo estudo histórico do local quanto pelas entrevistas realizadas com usuários, que não demonstraram uma compreensão do contexto de sua paisagem urbana e de sua relevância patrimonial.

Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes, porque estes foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque tais grupos contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para controlá-los melhor. (CANCLINI, 1994, p.97).

A necessidade de melhorias urbanas na área é um fato. Essas mudanças, no entanto, não podem ser realizadas de um modo que desconsidere seu contexto e concepção urbana paisagística e deve acontecer em diálogo estreito com os órgãos de salvaguarda e com o poder público. Essa área precisa ser valorada e compreendida enquanto peça fundamental para o processo de urbanização da cidade de São Paulo; para tanto, é fundamental a inserção das pautas patrimoniais na agenda de desenvolvimento e planejamento urbano da cidade.

Tendo a percepção que o patrimônio e sua preservação são elementos chave para a memória e cultura de uma cidade, que deveria ser articulada nas políticas setoriais e assim, orientar na elaboração do planejamento urbano (FIGUEIREDO, 2014).

NOTAS

1. "O bairro da Liberdade apresenta uma diversidade de ocupações e uso do solo, onde convivem templos, comércio variado, hospitais e clínicas, sindicatos, faculdades e escolas técnicas, casario antigo, além dos altos edifícios residenciais que em grande parte foram construídos a partir da década de 1980". (SCHENKMAN, 2017, p.5).
2. Informações retiradas das anotações realizadas na palestra da Profa. Dra. Ana Barone, no seminário "Identidade, luta por representação e território: O caso da Estação Japão — Liberdade", realizado no Auditório de Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em 30 nov. 2018.
3. "Em alguns casos, para a construção dos edifícios altos houve remembramento de lotes, o que modificou ainda mais alguns trechos de quadras, resultando e reforçando a 'paisagem descontinua e confusa', que se mantém, como já apontava o caderno do IGEPAC-Liberdade". (SCHENKMAN, 2017, p.8).
4. "A maioria dos estabelecimentos instalados após a década de 1970 destoa visualmente, ou por constituírem edifícios novos dotados de diferentes padrões de acabamento, fachada e recuos, ou por interferir através de reformas em imóveis pré-existent, descaracterizando em volumetria e fachada o casario original da primeira ocupação da área. Entretanto, mesmo com todas as alterações é possível identificar nos mapas dos diferentes períodos os imóveis da ocupação original e o inventário aponta grande parte dessas construções para proteção, como um conjunto arquitetônico e urbanístico relevante remanescente". (SCHENKMAN, 2017, p.9).
5. "Herança de processos naturais que apresentam uma outra temporalidade, pois são fruto de dinâmicas de longa duração que modelaram o relevo, definiram os caminhos preferenciais para as águas dos rios, formaram camadas de solo e determinaram a evolução dos quadros biológicos, constituindo uma base material, a matéria-prima para a ação cultural. [...] um patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades". (AB'SÁBER, 2003 apud NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p.32).
6. "O IGEPAC-SP é um inventário sistemático, de caráter geográfico, produzido pelo DPH desde 1983. A estratégia do IGEPAC-SP extrapola a elaboração de planos de preservação de imóveis isolados ou de listagens, com uma ótica pontual voltada exclusivamente para o edifício, sem considerar a importância do ambiente urbano. O objetivo do IGEPAC-SP é o reconhecimento do que constitui o repertório básico do patrimônio cultural e ambiental de cada bairro, (configurações urbanas, espaços públicos, agenciamentos particulares, edifícios, vegetação expressiva), a documentação desse patrimônio, a elaboração de propostas de preservação e a disponibilização das informações coletadas através de sua sistematização". (BAFFI, 2016, p.1-2).
7. "São objeto de inventariação não apenas os bens ambientais e culturais urbanos consagrados como 'monumentais', mas também modos de organização do espaço urbano e suas várias etapas e formas de evolução. Preconizamos a inventariação dos elementos que particularizam o patrimônio ambiental e cultural urbano de São Paulo, quer pelos valores históricos, arquitetônicos e artísticos, quer pela representatividade quando a pluralidade de ocorrência, formação dos conjuntos, marcos referenciais da paisagem, estruturação de valorização está em sua manifestação repetitiva na cidade e outras cujo valor está na qualidade de promover uma auto-referência e uma relação de afetividade". (SÃO PAULO, 1987, p.5).
8. "A metodologia adotada compreende duas linhas de trabalho:

- a primeira centra-se em trabalhos ditos "de gabinete", voltados para pesquisas sobre a origem dos bairros, sua configuração inicial, expansões, transformações, características socioeconômicas, perspectivas de transformação e legislações incidentes na área.

- o trabalho de campo — constitui-se numa outra vertente centrada no reconhecimento da área e na produção de registros iconográficos (características morfológicas, tipologias de logradouros públicos e de edificações, equipamentos e mobiliários urbanos, transformações de usos, estado de conservação e salubridade, referências visuais)". (BAFFI, 2016, p.2).

9. "§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana". (BRASIL, 1937).

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **São Paulo**: ensaios entreveros. São Paulo: Edusp, 2004.
- ACERVO SÃO PAULO ANTIGA. **Os 117 anos da primeira subestação de energia de São Paulo**. Disponível em: <www.saopauloantiga.com.br/paulasouza-115anos/>. Acesso em: set. 2018.
- ACERVO SÃO PAULO ANTIGA. **Os endereços da Light & Power no centro de São Paulo**. Disponível em: <www.saopauloantiga.com.br/os-enderecos-da-light/>. Acesso em: set. 2018.
- BAFFI, Mirthes. **Convênio escolar**: a arquitetura moderna a serviço do ensino público. 2016. Disponível em: <docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Mirthes_baffi.pdf>. Acesso em: jan. 2019.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, Brasília, n.23, p.95-114, 1994.
- FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Patrimônio, cidade e política urbana - hiatos e equívocos na legislação urbanística de São Paulo. **Arquitextos — Vitruvius**, São Paulo, ano 14, n.168.02, maio 2014. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5219>. Acesso em: jan. 2019.
- GUIMARAES, Lais de Barros Monteiro. **Liberdade**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, 1979.
- HUBNER, Beatriz e GALLONI, Fernanda. Entrevistada: Luciene. São Paulo. Entrevista concedida na visita técnica realizada na Rua do Lavapés, 303 em jan. 2019.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo social [online]**, São Paulo, v.15, n.1, p.81-95, 2003. Disponível em: <www.scielo.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jan. 2019.
- NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n.10, p.29-48, 2010. Disponível em: <www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15660>. Acesso em: out. 2018.
- NEGAWA, Sachio; MOTOYAMA, Shozo. **Formação e transformação do bairro oriental**: um aspecto da história da imigração asiática da cidade de São Paulo, 1915 - 2000. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade:** prática de preservação em São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras** (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). 1989. Disponível em: <raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territ3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

SANTANA, Danielle de. **Do IGEPAC ao território de interesse da cultura e da paisagem.** 1º Curso de Capacitação para Gestores de Bens Culturais — Centro Lucio Costa, IPHAN-UNESCO, Rio de Janeiro, 2017.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Cadernos do IGEPAC-SP 2: Liberdade.** Departamento do Patrimônio Histórico, 1987.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Processo 2007-0.178.658-9.** Departamento do Patrimônio Histórico, 2007.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Processo 2015-0.031.359-5.** Departamento do Patrimônio Histórico, 2015.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **Resolução Nº 20 / CONPRESP / 2016.** Departamento do Patrimônio Histórico, 2016.

SCHENKMAN, Raquel. Identificação e Proteção do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano do Bairro da Liberdade: atualização e retomada do IGEPAC-SP. **1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil,** Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <even3.blob.core.windows.net/anais/60320.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

SOMEKH, Nadia. Patrimônio Cultural em São Paulo: Resgate do contemporâneo. **Arquitextos — Vitruvius,** São Paulo, ano 16, n.185,08, out. 2015. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.185/5795>. Acesso em: ago. 2018.

TOURINHO, Andréa de Oliveira; PIRES, Walter. Como anda a temperatura no Cambuci? Patrimônio industrial e dinâmicas urbanas na demolição das antigas oficinas da Light em São Paulo. **Arquitextos — Vitruvius,** São Paulo, ano 17, n.193.000, jun. 2016. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.193/6086>. Acesso em: out. 2018.

SOBRE AS AUTORAS

Paloma Clemente Neves e Stela Mori Neri Silva são arquitetas e urbanistas graduadas pela Associação Escola da Cidade em 2019.

Beatriz Vilela Hubner e Fernanda Bueno Galloni são alunas da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade.

palomacneves@yahoo.com.br
stela.mori@hotmail.com
beatrizvhubner@gmail.com
fernandagalloni@hotmail.com